



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM Nº 025/2022

Ao Senhor
NEY PATRÍCIO DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal
FOZ DO IGUAÇU – PR

Senhor Presidente,

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar que “Altera os Anexos I e II da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006, que *Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu, cria o FOZ PREVIDÊNCIA, altera dispositivo da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993, e dá outras providências.*”

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo alterar a Tabela “A” do Anexo I, a fim de criar um novo cargo de Procurador Jurídico – 40 horas, em regime de dedicação exclusiva e ainda as Tabelas “A” e “B” do Anexo II, visando dar similaridade aos cargos da Diretoria Executiva da FOZPREV com os cargos em Comissão das demais autarquias, Fundações e Administração Direta do Município.

Atualmente a Foz Previdência conta com 1 (um) Procurador jurídico, o qual é responsável pela defesa da Foz Previdência nas demandas judiciais, bem como por emitir Pareceres em processos licitatórios e concessões de aposentadoria e pensão.

Ocorre que, desde a criação do cargo de Procurador, no ano de 2006, a demanda aumentou consideravelmente, sendo necessária a disponibilidade de mais um profissional capacitado para que não ocorra acúmulo de trabalho e prejuízos ao FOZPREV.

Ademais, a existência de um único cargo de Procurador Jurídico dificulta o andamento dos trabalhos nos períodos de férias do atual ocupante do cargo, bem como de afastamentos por motivo de saúde, licenças previstas em lei entre outras, ocasionando a necessidade de nomeação de Procuradores do Município para atuar nas demandas da FOZPREV, os quais possuem grande carga de trabalho na Procuradoria Geral do Município, havendo prejuízo para ambos os Entes.

Outrossim, embora altamente capacitados, os Procuradores do Município, quando nomeados temporariamente para atuar nas causas da FOZPREV, têm que lidar com temas complexos que envolvem o Direito Previdenciário, o qual é muito específico e dinâmico, devido às várias reformas e alterações legislativas promovidas nos últimos anos, fazendo com que tenham que dispor de tempo de estudo e análise dos casos, prejudicando suas atividades rotineiras na Procuradoria Geral.

Assim, considerando que a atividade jurídica é de cunho essencial ao funcionamento da Autarquia Previdenciária, devendo ser ininterrupta, pois é obrigatória na emissão de Pareceres em processos de aposentadoria, pensão, licitações e demandas judiciais, propomos a criação de mais um cargo de Procurador Jurídico – 40 horas em regime de dedicação exclusiva.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

.../Mensagem nº 025/2022 – fl. 02

Em relação à remuneração da Diretoria Executiva da Autarquia Previdenciária Municipal – FOZPREV, faz-se necessária corrigir o contido na Lei Complementar nº 107/2006 na parte que trata da remuneração destes cargos, a fim de oportunizar ao servidor ativo nomeado no cargo, a opção pela percepção na forma do disposto no § 1º do art. 171 da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993 (Estatuto do Servidor Público Municipal: “**Art. 171.** O servidor empossado em cargo em comissão será afastado do cargo efetivo de que é ocupante. § 1º - O servidor poderá optar pela percepção do vencimento do cargo em comissão ou pela percepção do vencimento do cargo efetivo), em simetria aos valores constantes do art. 9º A, simbologia e sua equivalência remuneratória constantes do Anexo Único da Lei Complementar nº 97, de 26 de janeiro de 2005, bem como fixa o valor do vencimento do cargo em comissão ao segurado aposentado quando nomeado para os referidos cargos.

Os cargos em comissão integrantes da Diretoria Executiva do FOZPREV deverão ser ocupados, exclusivamente, por servidores ativos ou inativos, segurados do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, desde que cumpridos os requisitos previstos para os referidos cargos, conforme contido no § 4º do art. 58 da Lei Complementar nº 107/2006.

Propõe-se então no presente Projeto de Lei definir que, ao servidor segurado do RPPS quando nomeado ao cargo de Diretor Superintendente (1º escalão) **se ativo** poderá optar pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da Gratificação por Encargo de Direção, ou a opção pela percepção do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única, e **se inativo** fará jus ao valor do Subsídio de Secretário Municipal, em verba única, qual foi fixado para a Legislatura de 2021 a 2024 através da Lei nº 4.902, de 23 de setembro de 2020 e atualizado através da Lei nº 5.069, de 20 de janeiro de 2022, com o valor atual de R\$ 15.853,90 (quinze mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa centavos).

Aos servidores segurados do RPPS quando nomeados aos cargos de Diretoria (2º escalão) **se ativo** poderão optar pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da Gratificação por Encargo de Direção, ou a opção pela percepção do valor equivalente a 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única, e **se inativo** fará jus ao valor equivalente 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única, que em valores atuais correspondem a R\$ 10.067,23 (dez mil, sessenta e sete reais e vinte e três centavos).

Os valores atuais fixados para as Diretorias (2º escalão) da administração direta e demais autarquias, constantes da Lei Complementar nº 97/2005, acrescidos da gratificação de representação de 100%, somam o montante da remuneração em R\$ 11.076,22 (onze mil, setenta e seis reais e vinte e dois centavos), conforme pode-se observar no Decreto Municipal nº 29.944, de 20/01/2022.

Destacamos que o presente projeto de Lei Complementar foi submetido à análise do Conselho Deliberativo do FOZPREV, sendo aprovado por maioria de votos.

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei Complementar para apreciação, **em caráter de urgência**, pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Foz do Iguaçu, em 22 de março de 2022.

Francisco Lacerda Brasileiro

Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ

Protocollo Interno - D.A.L.

- ☐ Proj. de Lei.
☒ Proj. de Lei Complementar
☐ Proj. de Emenda a LOM.

DATA 1º / 04 / 22 Nº 06/2022

Altera os Anexos I e II da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006, que *Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu, cria o FOZ PREVIDÊNCIA*, altera dispositivo da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º A Tabela “A” do Anexo I e as Tabelas “A” e “B” do Anexo II da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006, passam a vigorar com a seguintes alterações:

“ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

TABELA “A” – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Cargo	Escolaridade/Habilitação	Vagas	Carga horária semanal
[...]			
Procurador Jurídico	[...]	2	[...]

[...]” (NR)

“ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA “A” – DIRETORIA EXECUTIVA

Cargo/Denominação	Quantidade	Carga horária semanal	Remuneração Mensal
Diretor Superintendente	01	40 horas semanais em Regime de dedicação exclusiva	<p>Se ativo: opção pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da Gratificação por Encargo de Direção, ou a opção pela percepção do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única.</p> <p>Se inativo: O valor fixado para Subsídio de Secretário Municipal, em verba única.</p>



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

.../Projeto de Lei Complementar – fl. 02

Diretor Administrativo	01	40 horas semanais em Regime de dedicação exclusiva	<p>Se ativo: opção pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da Gratificação por Encargo de Direção, ou a opção pela percepção do valor equivalente a 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário municipal, em verba única.</p> <p>Se inativo: O valor equivalente a 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única.</p>
Diretor Financeiro	01		
Diretor de Benefícios	01		

TABELA “B” – ASSESSORIA

Cargo/Denominação	Quantidade	Carga horária semanal	Remuneração Mensal
Assessor de Investimentos	01	40 horas semanais em Regime de dedicação exclusiva	<p>Se ativo: opção pelo vencimento do cargo efetivo acrescido da Gratificação por Encargo de Direção, ou a opção pela percepção do valor equivalente a 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário Municipal, em verba única.</p> <p>Se inativo: O valor equivalente a 63,5% do valor fixado para o Subsídio de Secretário municipal, em verba única.</p>

” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 22 de março de 2022.

Francisco Lacerda Brasileiro
Prefeito Municipal



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

CNPJ: 08.322.648/0001-96

CONSELHO DELIBERATIVO

REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA 003/2022

Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 8h40min, em reunião **ORDINÁRIA**, realizada na sala de reuniões dos Conselhos na sede da Fozprev, os membros do CONSELHO DELIBERATIVO, instituído pelo artigo 56, incisos I e II, da Lei Complementar nº 107/2006, convocados pela Presidente Magda Odette Trindade, reuniram-se para analisar e deliberar sobre a ordem do dia. **ABERTURA:** A Presidente abriu a reunião, deu as boas vindas aos Conselheiros, conferiu *quórum*, registrou a presença dos Conselheiros Francine de Andrade Veres Machado, Neuza Maria Barbosa de Oliveira Antunes (chegada às 08h49min), Ricardo da Silva Alves, Romildo Mousinho Ferreira, Rose Meri da Rosa e Sérgio Adriano Romero. Presentes Áurea Cecília da Fonseca, Superintendente da Autarquia (saída às 11h20min.) e Reginaldo Adriano da Silva, Diretor Financeiro (chegada às 11h18min). A Presidente do Conselho iniciou a reunião com moção de parabéns as todas as mulheres, lembrando o Dia Internacional da Mulher, comemorado no último dia 08 de março, em especial, as Conselheiras, Diretoras e, principalmente as servidoras do Instituto. **Parabenizando a equipe feminina do Fozprev** pela linda campanha por elas elaborada e postada nas redes sociais do Instituto. Na sequência, antes de adentrar na ordem do dia, a Presidente do Conselho procedeu à leitura do Memorando Interno nº 079/2022 – FOZPREV - CONSELHO DELIBERATIVO, datado de 07 de março do exercício corrente, por meio do qual o Conselheiro Joel Maximínio de Lima Junior renúncia ao seu cargo perante este Conselho. Diante da renúncia, a Presidência do Conselho determina a Superintendência que oficie o Chefe do Poder Executivo para que indique substituto para atuar como Conselheiro Titular. Na mesma oportunidade, dá as boas vindas a Ricardo da Silva Alves, suplente do Conselheiro Joel, que passa a partir deste momento a atuar como Conselho Titular até que seja publicada Portaria de nomeação do substituto do Conselheiro Joel. Passou-se à ordem do dia inerente à convocação formalizada em 03 de março do exercício corrente (anexa). **PAUTA I. Apresentação da Avaliação Atuarial – Ano Base: 2022 e Data Base: 31/12/2021, com participação on line do Atuário.** A Presidente do Conselho retirou a matéria da pauta do dia, ante a impossibilidade de o Atuário estar presente (*on line*), dada sua agenda com o Município de Campo Mourão, em mesma data e horário; bem como pelo fato de estar prejudicada pela não apresentação do Parecer do Conselho Fiscal. **Fica a matéria pautada para Reunião Extraordinária, desde logo, CONVOCADA, independentemente de formalização de convocação, a ser realizada no próximo dia 16 de março, às 8h30min., neste mesmo local, para análise, deliberação e aprovação da respectiva Resolução, em razão do prazo, para apresentação à Secretaria da Previdência ficando, desde logo, todos os Conselheiros presentes CONVOCADOS.** **PAUTA II. Análise da Resolução nº. 007/2022 que trata da aprovação da minuta de Projeto de Lei que altera a lei Complementar nº 107 de 19 de abril de 2006, que “Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu, cria o Foz Previdência, altera dispositivos da Lei Complementar nº.17, de 30 de agosto de 1993, e dá outras providências”.** A Presidente do Conselho, previamente a leitura e deliberação acerca da Resolução, atendendo a solicitação da Superintendência, realizada via e-mail datado de 09 de março do exercício corrente, o qual foi lido na sequência, para conhecimento e apreciação dos demais Conselheiros, acerca de apresenta



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

CNPJ: 08.322.648/0001-96

CONSELHO DELIBERATIVO

43 alteração realizada no texto dos projetos de lei para elucidar o questionamento na proposta
 44 apresentada, vez que na Fozprev não se paga "verba de representação", mas "Gratificação",
 45 deixando tal fato esclarecido nos textos das minutas dos projetos, e para que tal situação fique
 46 registrada também na Resolução a ser posta para deliberação. A alteração proposta foi aprovada
 47 por maioria de votos (6x1), com registro do indeferimento do pedido de vistas do conselheiro
 48 Sérgio, igualmente por maioria de votos (5x1, com abstenção do conselheiro Ricardo). Registra-se
 49 o voto contrário à alteração do conselheiro Sérgio, nos seguintes termos: *"ressalta-se que a*
 50 *alteração foi apresentada durante a reunião, não sendo encaminhados documentos previamente,*
 51 *como seria razoável, e também que a referida altera totalmente a forma de remuneração já*
 52 *analisada em reunião anterior, situação que parece deixar claro o reconhecimento de que a forma*
 53 *de remuneração estabelecidas nas minutas de projetos de lei apresentadas na reunião anterior*
 54 *estavam em desacordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.*
 55 *Registra-se, também, que a referida alteração não constava na pauta encaminhada previamente*
 56 *para esta reunião."* Diante do voto do conselheiro Sérgio, a presidente do Conselho faz nova
 57 consulta aos conselheiros para averiguar se há entendimento em alteração dos votos já
 58 proferidos. Consultados os conselheiros, todos mantiveram seus votos conforme antes proferidos.
 59 Questionada pela presidente, a Diretora Superintendente esclareceu que *"a alteração*
 60 *apresentada na presente reunião não tem o condão de alterar valor de remuneração, somente de*
 61 *deixar o texto legal ainda mais transparente e de fácil exegese. A Diretora registra, ainda, que em*
 62 *momento algum tem dúvida quanto à legalidade dos textos, tanto do atual quanto os propostos*
 63 *para a alteração. Porém, como bem demonstrado pela Presidente do Conselho, o que se busca é*
 64 *espancar qualquer sombra de dúvida; no entanto, todo esforço apresentado para tal vem sendo*
 65 *rechaçado pelo conselheiro Sérgio, o que demonstra uma postura de não colaborar com uma boa*
 66 *gestão, mas, sim, apresentar entraves ao bom andamento e harmonia no trabalho."* A conselheira
 67 Neuza fez a seguinte manifestação: *"Solicito que todos os temas estejam nas pautas e que os*
 68 *documentos relativos a eles sejam encaminhados com antecedência."* A Presidente do Conselho
 69 esclarece que *"recebeu o mencionado e-mail com a alteração dos projetos na data de ontem e*
 70 *que incluiu em pauta no andamento da reunião, em vista de tratar de matéria conexa à aprovação*
 71 *da Resolução nº 007/2022, e por não ter verificado na alteração proposta matéria de mérito a*
 72 *modificar o teor dos projetos anteriores, mas somente uma redação mais clara e precisa,*
 73 *porquanto, como já esclarecido, a alteração não impõe aumento e/ou reajuste de remuneração,*
 74 *bem como não altera a decisão do conselho consubstanciada na Resolução nº 029/2021, a qual*
 75 *trata do mesmo tema. Entretanto, envidará esforços para que o pedido da conselheira Neuza seja*
 76 *prontamente atendido, por entender ser razoável e de bom senso, excetuando-se, por óbvio, os*
 77 *casos de extrema necessidade e urgência."* Lida mencionada **Resolução nº. 007/2022**, incluindo
 78 em seu texto a alteração apresentada, a mesma foi **aprovada por maioria de votos (6x1)**, com
 79 registro do voto contrário do conselheiro Sérgio, conforme a seguir: *"Registro voto contrário a*
 80 *aprovação da Resolução nº 007/2022 considerando que a mesma aprova minutas de projetos de*
 81 *lei com previsão de possibilidade de acumulação de vencimento do cargo em comissão com*
 82 *função de confiança, contrariando posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná –*
 83 *TCE-PR (Acórdão nº 671/18 – Tribunal Pleno): "A gratificação consiste em vantagem*
 84 *acrescida ao vencimento do em razão do exercício de uma determinada função ou de*
 85 *condições excepcionais de trabalho previstas em lei. De acordo com os precedentes*



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

CNPJ: 08.322.648/0001-96

CONSELHO DELIBERATIVO

citados pela Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca, o posicionamento desta Corte tem sido pela impossibilidade de acumulação de gratificação com a remuneração do cargo em comissão.”, “Nesse sentido, conclui-se que a concessão de gratificação a qualquer título a servidor investido em cargo comissionado, efetivo ou não, acarretaria pagamento em duplicidade, na medida em que o cargo em comissão possui as mesmas atribuições da função de confiança, além de pressupor exercício de encargo diferenciado de natureza especial.”, “ACORDAM Os membros do Tribunal Pleno do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade em: I – Conhecer a Consulta e, no mérito responde-la no seguinte sentido: Não é possível a acumulação da remuneração de cargo em comissão com gratificação por função de confiança ou com outras instituídas em razão de condições excepcionais de serviço.” Além de estar em desconformidade com o posicionamento do TCE-PR contrária, ainda, a própria Lei Complementar nº 97/2005 (citada na mensagem do PLC) que, também, veda a acumulação de vencimento de cargo em Comissão com gratificação, “Art. 4º A escolha de ocupante de cargo em comissão poderá recair ou não, em servidor efetivo ou empregado público do Município. (Redação dada pela Lei Complementar nº 290/2018) § 1º O servidor público municipal efetivo que exercer cargo comissionado, perceberá os vencimentos correspondentes ao cargo em comissão, ficando o contrato de trabalho do emprego efetivo em suspenso, na conformidade da Lei, até que retorne ao exercício de seu emprego efetivo. § 2º O servidor municipal efetivo nomeado para cargo em comissão não poderá acumular o respectivo vencimento com outro cargo comissionado ou receber gratificação de função. § 3º A posse em cargo em comissão determina concomitante afastamento do servidor do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal comprovada.”, (...), “Art. 5º O exercício de cargo em comissão é incompatível com a percepção de gratificação pela prestação de serviços extraordinários. Diante do exposto, é evidente a vedação de acumulação de vencimento de cargo em comissão com Gratificação por Encargo de Direção, conforme dispõe Acórdão nº 671/18 Tribunal Pleno -TCE-PR, bem como, a Lei Complementar nº 97/2005. O voto, até este momento, trata da redação discutida na reunião extraordinária (Ata nº 002/2022). Referente à alteração proposta nesta reunião não foi possibilitado tempo para análise e estudo considerando a mesma ter sido apresentada no momento da reunião, descumprindo o prazo mínimo de sete dias para reunião ordinária e até mesmo de quarenta e oito horas para reunião extraordinária; e, ainda, sem registro prévio da motivação da urgência. E, também, com o pedido de vistas negado pelo Conselho, não sendo possível emitir opinião sobre a referida alteração.” Concedida a palavra à Diretora Superintendente para manifestação: “Considerando que a Diretoria Executiva tem apresentado os documentos em tempo hábil para análise dos Conselhos, com raras exceções de urgência, e considerando que o conselheiro Sérgio tem apresentado seus votos por escrito elaborado com antecedência, solicito seja dado conhecimento à Diretoria com a antecedência necessária de seu teor, antes da data da reunião, para análise e apresentação de contraponto.” **PAUTA III. Aprovação do Relatório do Comitê de Investimentos e Aplicações inerentes ao mês de novembro/2021 LC 107, art. 64, I, “g” c/c Dec. 17.358, art. 9º, I, “g”, § 2º.** O conselheiro Sérgio ressaltou que o relatório de aplicações e investimentos do mês de outubro de 2021 não apreciado pelo Conselho Deliberativo, já tendo sido objeto de parecer pelo Conselho Fiscal, em conjunto



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

CNPJ: 08.322.648/0001-96

CONSELHO DELIBERATIVO

com os investimentos do mês de novembro de 2021 (Parecer nº 01/2022 – Conselho Fiscal). **Consultados os conselheiros, deliberou-se, por unanimidade, em alterar a presente pauta, para análise de ambos os relatórios de investimentos e aplicações, ao que se passa.** Lido o Parecer 01/2022 do Conselho Fiscal, o qual aprovou por unanimidade o relatório do Comitê de Investimentos de outubro e novembro de 2021, com a ressalva do não cumprimento da meta atuarial para o período e ressaltando a preocupação dos reflexos do resultado dos investimentos no cálculo atuarial. Posto para votação, **o relatório do Comitê de Investimentos e Aplicações inerentes aos meses de outubro e novembro de 2021 foi aprovado por unanimidade, acompanhada a ressalva do Conselho Fiscal.** Concedida a palavra à Diretora Superintendente que esclareceu que os valores informados no relatório são o registro da precificação dos valores da carteira naquele momento, não significando, necessariamente, perda financeira. **PAUTA IV. Apresentação do Relatório de Governança Corporativa do Fozprev (Diretoria e Conselhos) do Exercício de 2021.** Concedida palavra a Superintendente do Fozprev para apresentação do Relatório de Governança Corporativa do Exercício de 2021 (disponível na página eletrônica da Fozprev - <https://fozprev.pmfi.pr.gov.br/#/site>). Dispensada a leitura do Parecer nº. 03/2022 do Conselho Fiscal, enviado previamente aos Conselheiros, o qual emitiu parecer favorável e, por unanimidade, pela aprovação do Relatório de Governança – Exercício 2021, ressaltando que na composição do mesmo, foram atendidos os requisitos dispostos no item 3.2.1 (Relatório de Governança Corporativa) do Manual do Pró-Gestão RPPS, Portaria SPREV nº 3/2018. Finalizada a apresentação a palavra foi concedida aos Conselheiros para perguntas. Nada tendo sido perguntado. O Conselheiro Sérgio, considerando que na pauta consta apenas apresentação do Relatório, que o parecer do Conselho Fiscal foi encaminhado somente na data de ontem, não tendo efetivado a leitura, pediu vistas. O pedido de vistas foi posto para votação; o conselheiro Romildo vota: *“pela negativa do pedido de vistas e votação imediata, haja vista que todas as informações registradas no relatório são referentes a ações já acontecidas e acompanhadas ao longo do exercício de 2021, inclusive pelo Conselho Fiscal, não tendo havido apontamentos de irregularidades na análise no decorrer do exercício, e que todos os fatos registrados no relatório encontram-se publicizados no site do Instituto, bem como informados ao TCE e à Secretaria da Previdência, sem óbices desses órgãos, além dos pareceres favoráveis do Conselho Fiscal.”* Os conselheiros Rose, Francine, Ricardo, Neuza e Magda acompanharam o voto do conselheiro Romildo, restando indeferido o pedido de vistas do conselheiro Sérgio. **O Relatório foi posto para deliberação, tendo sido aprovado por maioria de votos, com a abstenção do conselheiro Sérgio.** **PAUTA V. Apresentação do Plano de Capacitação para o exercício de 2022.** Concedida a palavra ao Diretor Financeiro para apresentação Plano de Capacitação para o exercício de 2022 (disponível na página eletrônica da Fozprev - <https://fozprev.pmfi.pr.gov.br/#/site>). Dispensada a leitura do Parecer nº. 04/2022 do Conselho Fiscal, enviado previamente aos Conselheiros, o qual emitiu parecer favorável e, por unanimidade, pela aprovação do Plano de Capacitação, destacando, que para atingir o planejamento proposto, priorizaram-se fontes e formas sem custos e a diversidade dos temas a serem abordados. Finalizada a apresentação a palavra foi concedida aos Conselheiros para perguntas. Nada foi perguntado, porém o conselheiro Sérgio ressalva que “sejam consideradas, para os Conselheiros, cursos de capacitação e não apenas participação em Congressos, a exemplo do SECOFEM.” **O Relatório foi posto para deliberação, tendo sido aprovado por unanimidade, registrada a**



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná

CNPJ: 08.322.648/0001-96



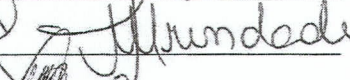
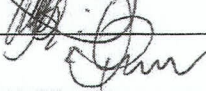
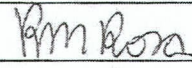
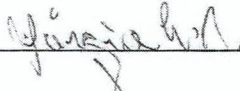
CONSELHO DELIBERATIVO

ressalva do conselheiro Sérgio. PAUTA VI. Análise e deliberação sobre as alterações propostas para a Política de Investimentos do Exercício de 2022. Pauta prejudicada, em virtude de o Conselho Fiscal, até o presente momento, não ter entregado Parecer. Fica a matéria pautada para Reunião Extraordinária, desde logo, CONVOCADA, independentemente de formalização de convocação, a ser realizada no próximo dia 16 de março, às 8h30min., neste mesmo local, para análise, deliberação e aprovação da respectiva Resolução, em razão do prazo, para apresentação à Secretaria da Previdência ficando, desde logo, todos os Conselheiros presentes CONVOCADOS. O Diretor Financeiro, membro do Comitê de Investimentos, na oportunidade esclareceu os motivos das alterações e informou o prazo máximo para apresentação junto ao CADPREV da Secretaria da Previdência, qual seja 31 de março do exercício corrente. **OUTROS ASSUNTOS:** Resoluções inerentes à aprovação do terceiro e quarto bimestres contábeis do exercício de 2021 Fica a matéria pautada para Reunião Extraordinária, desde logo, CONVOCADA, independentemente de formalização de convocação, a ser realizada no próximo dia 16 de março, às 8h30min., neste mesmo local. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho declarou encerrada. E, sem mais para o momento, eu, Romildo Mousinho Ferreira, lavrei a presente Ata de nº **003/2022**, onde nada mais foi dito e, lida e aprovada, dando-se por encerrada a reunião às 12h31min.

CONSELHEIROS

Ricardo da Silva Alves
Francine de Andrade Veres Machado
Magda Odette Trindade
Neuza Maria Barbosa de Oliveira Antunes
Romildo Mousinho Ferreira
Rose Meri da Rosa
Sérgio Adriano Romero


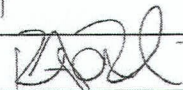

ASSINATURA

DIRETORIA EXECUTIVA

Áurea Cecília da Fonseca
Rafael Andrade da Silva Linke
Reginaldo Adriano da Silva
Rosaete Schmidt dos Santos

ASSINATURA



Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu - PR

FOZPREV - CNPJ: 08.322.648/0001-96

Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO Nº 007/2022

APROVA MINUTAS DE PROJETOS DE LEIS, INFRA ESPECIFICADOS, AMBOS NO QUE TRATA DO NÚMERO DE VAGAS DO CARGO EFETIVO DE PROCURADOR E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO FOZPREV.

(A) ALTERAM TABELAS CONSTANTES DOS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 19 DE ABRIL DE 2006, QUE: "DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, CRIA O FOZ PREVIDÊNCIA, ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 17, DE 30 DE AGOSTO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(B) ALTERAM AS TABELAS CONSTANTES DOS ANEXOS I E II DA LEI Nº. 3.829, DE 14 DE JUNHO DE 2011, QUE "REGULAMENTA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E EM COMISSÃO DO QUADRO PRÓPRIO DE PESSOAL DO FOZPREV E ESTABELECE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS - PCCV - AOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA FOZ PREVIDÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CONSELHO DELIBERATIVO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, representado neste ato pela sua Presidente, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos artigos 13, inciso II do Decreto nº 18.345, de 4 de julho de 2008 c/c artigo 64, inciso II, da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006 e artigo 9º, inciso II, do Decreto nº. 17.358, de 28 de setembro de 2006.

Considerando as disposições supracitadas que dispõe ser competência do Conselho Deliberativo pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse do Foz Previdência e que lhe seja submetido pelo Secretário Municipal de Administração, pelo Diretor Superintendente, pelo Conselho Fiscal e qualquer de seus membros.

Considerando o que a Diretora Superintendente do Foz Previdência submeteu a análise e deliberação do Conselho Deliberativo minuta de Projeto de Lei Complementar que altera tabelas constantes dos anexos I e II da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006, que "*Dispõe sobre a reestruturação do regime*

*Regime Próprio de Previdência do Município de Foz de Iguaçu - PR***FOZPREV - CNPJ: 08.322.648/0001-96***Conselho Deliberativo*

próprio de previdência do Município de Foz de Iguaçu, cria o Foz Previdência, altera dispositivos da Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993, e dá outras providências.”; e minuta de Projeto de Lei Ordinária que altera tabelas constantes dos anexos I e II da Lei nº 3.829, de 14 de junho de 2011, que “Regulamenta os Cargos de provimento efetivo e em Comissão do Quadro Próprio de Pessoal do FOZPREV e Estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV - aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo da Foz Previdência e dá outras providências.”.

Considerando que a propositura de ambos os projetos de leis, consoante registro nas suas respectivas mensagens à Casa de Leis, tem por finalidade adequar os dispositivos da legislação municipal propondo a criação de vaga para o cargo de Procurador Jurídico – 40 horas em regime de dedicação exclusiva, constante do Subquadro I, Tabela “A”, alterando de 01 para 02 vagas o referido cargo, bem como alterar o Subquadro II, Tabela “A”, a fim de padronizar e dar equidade aos cargos da Diretoria Executiva do Fozprev com os cargos em Comissão das demais autarquias, Fundações e Administração direta do Município, em especial suplantando qualquer dúvida quanto a remuneração de servidores ativos ou inativos que atuarem em cargos de comissão.

Considerando, no que concerne a alteração do número de vagas para o cargo de Procurador Jurídico, ser a atividade jurídica imprescindível ao funcionamento da Autarquia Previdenciária, devendo ser ininterrupta, porquanto obrigatória a emissão de Pareceres em processos de aposentadoria, pensão, licitações e demandas judiciais.

Considerando, nesta senda, que desde a criação do cargo, em 2006, a demanda vem aumentando gradativamente, e a existência de um único cargo de Procurador Jurídico dificulta o andamento dos trabalhos nos períodos de férias do atual ocupante do cargo, bem como de afastamentos por motivo de saúde, licenças previstas em lei, etc., o que impõe a necessidade de nomeação de Procuradores do Município para atuar nas demandas da Fozprev, os quais já possuem uma grande carga de trabalho na Procuradoria do Município, havendo prejuízo para ambos os Entes, em face da especificidade e complexidade de cada área de atuação.

Considerando, na parte dos projetos de lei que tratam da forma de remuneração dos servidores ativos e inativos (aposentados) que atuem em cargos de comissão na Diretoria Executiva do Instituto, tal matéria foi objeto de debates e deliberações, respectivamente, na Reunião Ordinária registrada na Ata nº. 019/2021 e na Reunião Extraordinária registrada na Ata nº. 020/2021, estando a legalidade quanto a forma de remuneração pacificada no âmbito deste Conselho, consoante consubstanciado na Resolução nº. 029/2021, com indicação para que se procedesse à adequação legislativa a fim de consolidar tal decisão, consoante projetos apresentados e aprovados.



Regime Próprio de Previdência do Município de Foz do Iguaçu - PR

FOZPREV - CNPJ: 08.322.648/0001-96

Conselho Deliberativo

Considerando que os membros do Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária, realizada em 21 de fevereiro do exercício corrente, por maioria de votos, aprovaram os projetos de leis complementar e ordinário, consoante registro na Ata nº. 002/2022.

Considerando o pedido da Superintendência do Fozprev, realizada no andamento da Reunião Ordinária (Ata nº 003/2022), para considerar uma alteração no texto dos projetos de lei, a qual, no entanto, não impõe alteração na matéria de mérito dos projetos, não surtindo efeito na deliberação já realizada por este Conselho (Ata nº 002/2022), porém, fazendo-se necessário o registro da aprovação da alteração, como ocorreu, para fins de formalização e tramitação do projeto legislativo.

RESOLVE

Art. 1º. APROVAR o teor das minutas dos seguintes projetos de leis:

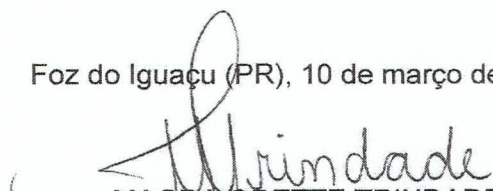
I – Projeto de Lei Complementar que “Altera, insere e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 107, de 19 de abril de 2006 e altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 17, de 30 de agosto de 1993, e dá outras providências.”, especificamente nas alterações das Tabelas “A” dos Anexos I e II, no que trata do número de vagas para o cargo efetivo de Procurador Jurídico e da forma de remuneração dos cargos de provimento em comissão do Fozprev.

II – Projeto de lei Ordinária que “Altera dispositivos da Lei nº 3.829, de 14 de junho de 2011, que Regulamenta os Cargos de provimento efetivo e em Comissão do Quadro Próprio de Pessoal do FOZPREV e Estabelece o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV - aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo da Foz Previdência e dá outras providências.”, especificamente nas alterações das Tabelas “A” dos Anexos I e II, no que trata do número de vagas para o cargo efetivo de Procurador Jurídico e da forma de remuneração dos cargos de provimento em comissão do Fozprev.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a partir da presente data.

Foz do Iguaçu (PR), 10 de março de 2022.


MAGDA ODETE TRINDADE
Presidente do Conselho Deliberativo

Assinado digitalmente por
FRANCISCO LACERDA
BRASILEIRO: 53736656491
CPF: (53736656491)
Data: 23/03/2022 08:11

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **MENSAGEM**

Número: **25/2022**

Assunto: **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR QUE “ALTERA OS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 19 DE ABRIL DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=b9fb99cf-1453-4184-93de-e7a3ac4257f3&cpf=53736656491>
e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

b9fb99cf-1453-4184-93de-e7a3ac4257f3

Hash do Documento

AB4A287B6BB2FB81074385008F8AEFCB1DD9AAC51CC4B1514BCC5B2DB8180E46

Anexos

025 - ALTERA LC 107-2006 - FOZPREV - PROCURADOR.pdf - **de45df1c-1b0f-4eb1-84eb-6df8da5ce911**
3 - REUNIÃO ORDINÁRIA_ATA 0032022.pdf - **fd1508b2-319a-48f6-8f32-465ddfd145f1**
4 - RESOLUÇÃO 072022 (1).pdf - **e8581bc6-bca0-42c5-9791-3386224e76d8**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/03/2022 é(são) :

Francisco Lacerda Brasileiro (Signatário) - CPF: 53736656491 em 23/03/2022 8:11:14 - OK

Tipo: Assinatura Digital



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.